

## DIALOGISMO ENTRE PARÂMETROS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Rafaela Cristina Oliveira de Andrade (PROLING/UFPB)  
Rafaela.oliveirandrade@hotmail.com

### Introdução

A política educacional brasileira adotou diferentes configurações que são representativas das questões sócio-históricas vividas pelo país em diferentes épocas e com objetivos distintos. Podemos tomar como exemplo as últimas década, para percebemos essa transição sincrônica das reformas educacionais no Brasil (MACHADO, 2007). A começar pelos anos de 1960 em que o contexto da educação estava permeado por uma perspectiva de ensino-aprendizagem behaviorista, sistêmica; marcada pelo Golpe Militar e pelas ideias do Estruturalismo clássico. Nos anos 70, esse classicismo linguístico vai dando espaço às Teoria da Enunciação, à Semântica Argumentativa, à Análise do Discurso francesa e à Teoria sistêmico-funcional; a escola, influenciada pelas ideias de Althusser e Piaget, é entendida como aparelho de reprodução de ideologias e o foco é no ensino de língua estrangeira, na perspectiva funcionalista/cognitivista. Os anos 80 são permeados pela reflexão acerca do conceito socialista de educação. É nesse período que surgem e são divulgadas as ideias da “pedagogia libertadora” ou “ideias socioculturais”, de Paulo Freire (1978), entre outras perspectivas.

Finalmente, os anos 90 foram marcados pelo pensamento neoliberal, que buscava resolver, na teoria e na prática, os problemas da escola. Como consequência dessas políticas educacionais neoliberalista no Brasil, e pensado como instrumento prescritivo necessário para organização das práticas educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados e, em 1998/99, publicados. O documento buscava atender às exigências da globalização e apresentava uma proposta de configuração da educação básica, baseada em princípios que permeavam o discurso da educação no país<sup>1</sup>.

Esse contexto nacional, naturalmente, influenciou conjunturas locais, o que resultou na elaboração de documentos que atendessem as particularidades das regiões/estados. Foi o que aconteceu com o estado de Pernambuco. Durante anos, sua educação foi regida pelas Orientações Teórico-Metodológicas, que discorrem sobre questões de metodologia do trabalho docente. Em 2012, um novo documento que trata de normatizar o ensino das diversas disciplinas foi elaborado, elencando teorias que permeiam as diversas áreas, e espelhando-se nos PCN. É natural que documentos norteadores da educação, elaborados para contemplar uma realidade local, tomem como referência a instância superior. E foi o que aconteceu no estado com a elaboração dos Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio (doravante PCLP/PE)<sup>2</sup>, elaborados a partir dos princípios básicos e essenciais do PCN, como é colocado na apresentação do documento referente à Língua Portuguesa e que aqui será analisado: “[...]os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa reafirmam um modelo de ensino alinhado com as orientações nacionais[...]” (PERNAMBUCO, p.13)”.

---

<sup>1</sup> No contexto dos anos 90, muitas teorias perpassavam as discussões acerca da educação, no entanto fica bem marcada nos PCN as ideias do Interacionismo Sociodiscursivo.

<sup>2</sup> Os PCLP/PE passaram a substituir as Orientações Teórico-Metodológicas, pois discorrem, além de questões de metodologia do trabalho docente, sobre as competências e habilidades dos discentes dentro do nível de ensino em que se enquadram.

Apropriando-se dessa referência entre os Parâmetros Nacionais e estaduais (Pernambuco), a presente pesquisa tem por objetivo analisar as relações interdiscursivas, no que diz respeito à concepção de língua adotada e dos eventos que a compreendem: linguagem, texto, gênero, variação linguística; entre os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; e os Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio, do Estado de Pernambuco (doravante PCLP/PE). No entanto, a análise que resultará desse extenso trabalho contribuirá para uma pesquisa maior de pós-graduação: a dissertação de mestrado. Portanto, o que aqui apresentaremos é apenas um recorte do trabalho final, regido pelo documento a nível local, que nos diz muito sobre a concepção de língua e de sujeito que marcam esse documento. E colabora para uma reflexão inicial: até que ponto essa relação é, de fato, dialógica?

Para isso, determinamos como nosso *corpus* de análise da pesquisa apenas o conceito de língua, em seu sentido mais amplo, sem nos apoderarmos de seus eventos, citados anteriormente. O aporte teórico e metodológico que perpassa esse trabalho é o da Análise do Discurso francesa. Considerando que esta análise não compreende nem dá conta do documento em sua plenitude, o discurso analisado é representado pelo texto de “apresentação” do PCPL/PE, no que diz respeito às *concepções de língua e linguagem*, ou seja o tópico 2.2 do texto.

Perceber esse diálogo sobre a concepção de “língua” adotada por um documento norteador da educação é uma importante fonte para questionamentos não apenas destinada à teoria, mas também à prática dos docentes que se apropriam desses documentos. Isso porque também promove à reflexão sobre essa prática dentro do que propõe os textos oficiais, não apenas para a absoluta apropriação dos conteúdos, mas também como subsídio para a reflexão crítica acerca do que é oficialmente promulgado.

## 1. Sujeito e Discurso

Os seres humanos, diferentes de outros seres, possuem a competência da linguagem. É por meio desta que o homem atribui sentido a sua existência, transforma a si mesmo e a realidade em que vive. A Análise do Discurso (AD) leva em conta o homem e a língua em sua concretude, não como elementos abstratos, mas considera os processos pelos quais sua linguagem é realizada. Ou seja, revela seu interesse pelo homem ligado a sua exterioridade, sua historicidade, contrapondo-se ao pensamento formal da língua fechada em si mesma:

não trata da língua, não trata da gramática, embora essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, por em movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem [...] não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI apud PILLA;QUADROS, 2009, p. 2).

Pensando na constituição dessa linguagem e nesse processo que interessa a AD, podemos considerar a influência de fatores sócio-histórico que marcam e são responsáveis pelo processo de comunicação, que se manifesta através de textos, enunciados e discursos. Já afirmava Bakhtin (1992, p.282) “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.”

Esses três elementos - texto, enunciado e discurso - têm funções distintas dentro do processo de comunicação. No entanto, seguindo os pensamento do Círculo de Bakhtin “nenhum conceito *significa* isoladamente” (BRAIT, 2012, p.11) (grifo da autora), o que nos leva a discuti-los de forma interrelacionadas, complementares. Sendo assim, podemos trazer à tona o conceito de texto que tem sua relação estrita com a materialização do discurso, é aquilo que está na superfície, ao alcance dos olhos do leitor, é a forma material do *corpus* dessa pesquisa, que figura “*qualquer conjunto coerente de signos*, passível de ser entendido, portanto, como verbal, visual, e/ou verbo-visual.” (idem, p.12) (grifo da autora).

Ao se apropriar de um texto, o leitor se posiciona, concordando, adaptando, acrescentando ou retirando informações. Essa intencionalidade presente no elemento texto é o que caracteriza o enunciado, que de acordo com Orlandi (1999, p.16) representa um “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”. Portanto, o enunciado é marcado por concepções ideológicas anteriores, que de forma inconsciente atravessam o sujeito que enuncia representando o discurso, que se encontra no plano da interação, das escolhas, das intenções.

Segundo Bakhtin, “o discurso nasce no diálogo como sua réplica viva, forma-se na mútua-orientação dialógica do discurso de outrem no interior do objeto. A concepção que o discurso tem de seu objeto é dialógica” (2002, p.88-89). O que nos remete à ideia do “Adão mítico”, do próprio Bakhtin, que na verdade ilustra aquilo que é mais representativo no pensamento dialógico do autor: a interação entre textos e discursos, que já não apresentam uma originalidade absoluta.

Dentro dessa mesma perspectiva, Bakhtin (1999) também afirma que ninguém é dono de seu dizer, pois todo discurso é atravessado por vozes anteriores a qualquer enunciação. Pois, ainda que estivéssemos no mais tênue silêncio, necessitaríamos de nossa outricidade para nos constituir. Esse é o efeito polifônico. É o discurso dialogando com outros discursos, com outras vozes nele presentes, que concordam e discordam. O campo discursivo, portanto, é formado por “... um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo.”(Brandão, 1986, p. 73)

Nesse sentido, a AD busca dar conta de como essa linguagem – competência exclusiva do ser humano - materializa ideologias e como estas se manifestam na língua. Como campo de atuação

“[...] toma a linguagem como um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica[...].” (BRANDÃO, 1986, p. 18)

Dito isto, reiteramos a discussão acerca de dois conceitos-chave para o campo: ideologia e discurso. O primeiro deles é o que constitui indivíduos concretos em sujeitos, que segundo Brandão (1986, p.24) “o reconhecimento se dá no momento em que o sujeito se insere, a si mesmo e as suas ações, em práticas reguladas pelos aparelhos ideológicos. Como categoria constitutiva da ideologia será somente através do sujeito e no sujeito que a existência da ideologia será possível”. A ideologia pode ser considerada a visão de mundo de uma determinada comunidade social, determinada pelo tempo histórico. Essa noção estreita a relação entre ideologia e linguagem, uma vez que é na e pela linguagem que a ideologia se materializa.

Dessa forma, podemos concluir que todos os discursos são ideológicos e constituídos por “[...]um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva.”(BRANDÃO, 1986, p.28)

Ainda podemos afirmar que

[...]a constituição da ‘matriz do sentido’ de uma formação discursiva [é] determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das ‘regularidades pré-terminais’, aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados.” (BRANDÃO,1986, p. 41)

Por isso, deve-se pensar a linguagem no contexto sócio-discursivo em que ela ocorre, em decorrência do processo de interação, de acordo com as condições de produção em que o sujeito materializa o discurso, prezando o seu interlocutor. Essa condição de produção, “que pode ser definido[a] como o conjunto dos elementos que cerca a produção de um discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do assunto de que estão tratando.” (BRANDÃO, 2009, p. 06) condiciona a formação discursiva. Esta, por sua vez, delimita o que pode e deve ser dito, sendo entendida como

palavras, expressões, proposições etc. [que] mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 2009 p.147-148)

Nesse sentido, o sujeito não deve ser entendido como o centro/origem do dizer, pois há relações interdiscursivas que constituem esses dizeres, chamadas por Pêcheux (2009) de “esquecimento”:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “*esquecimento*” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada.* [grifos do autor] (*ibidem*)

Sendo assim, podemos compreender que o sentido não está na fala, não é a ação do indivíduo, mas sim o que lhe constitui, estabelecendo as marcas ideológicas e pré-estabelecidas pelo discurso que o perpassa.

Essa dicotomia discuro vs fala, tão discutida, estará muito presente na análise do corpus dessa pesquisa, que será apresentada na próxima seção.

## 2. Os Parâmetros Curriculares de Pernambuco e o conceito língua

Após um período de elaboração, que prezou pela participação de diversos profissionais ligados à educação e representantes de todas às regiões do Estado de Pernambuco, chegou às escolas e às mãos dos docentes, em 2012, os PCLP/PE, tendo como aporte teórico as discussões que circundam a perspectiva interacionista no que tange à concepção de língua. A elaboração desse documento marca um período de fortalecimento das políticas educacionais do estado que demonstram, ao mesmo tempo, ações de “emancipação” - com a produção de documentos como este, que afunilam perspectivas concomitantes com a realidade local – e de entrecruzamentos – como as relações interdiscursivas que os documentos mantêm com as referências nacionais.

O PCLP/PE, mais lacônico que os Parâmetros Nacionais, é dividido por três seções: a apresentação, que é autoexplicativa; a introdução, que se divide em dois tópicos: a organização dos parâmetros e a concepção de língua e linguagem; e as expectativas de aprendizagem da Língua Portuguesa na educação básica compreendem os seis eixos os quais os parâmetros dão conta; além das referências e da lista de colaboradores. Esse segundo tópico da introdução, em que se apresenta as discussões acerca das concepções de língua e ensino de linguagem que o documento adota é o será objeto de análise desse trabalho.

De acordo com Orlandi:

[...] Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise (ORLANDI, 1999, p. 66-67).

Nesse sentido, como metodologia para análise, destacou-se todos os enunciados que tratavam da concepção de língua adotada, separando-a, inicialmente, dos seus eventos: linguagem, variedade linguística, texto, gênero e letramento.

Considerando que aqui pretendeu-se apenas analisar o conceito, essencialmente, de língua, os enunciados que contemplavam os eventos, anteriormente citados, foram reservados para uma posterior continuidade deste trabalho, o qual contribuirá na compreensão dos conceitos imbricados entre os documentos de nível local e nacional.

Dessa forma, podemos perceber que nas primeiras linhas do tópico sobre a concepção de língua, podemos encontrar o seguinte trecho:

a língua é vista pelos interlocutores como recurso para realizar ações. Ao usarmos a língua – falando ou ouvindo, escrevendo ou lendo -, sempre o fazemos *intencionalmente*, para agir sobre o outro e no mundo, para fazermos algo em algumas situação social. Usamos a língua para nos *comunicar* e obter informações, para *narrar* nossa experiência e comover, para *opinar* e *convencer* de nossas opiniões, para *provocar* um comportamento ou para *solicitar* um favor etc.” [grifos meu] (PERNAMBUCO, 2012, p.19)

É oportuno ressaltar, aqui, que o documento traz uma concepção de língua – mesmo tendo o objetivo de comungar com o aspecto interacional - que concebe o sujeito ainda como dono/origem de seu dizer, capaz de controlar os efeitos de sentido subjacentes a suas enunciações. Isso nos remete aos esquecimentos número um e número dois, enunciados por Pêcheux (2009).

Essa marca de um sujeito homogêneo está presente no uso do advérbio “intencionalmente” e pela regularidade de verbos no infinitivo, como: comunicar, opinar, convencer, provocar e solicitar; os quais incitam uma noção de língua empirista, ainda muito centrada no indivíduo. A língua concebida por esse documento encontra-se pautada no eu empírico, individualizado, reafirmando uma unicidade que não possível para um sujeito que é discursivamente múltiplo.

É possível ainda observar a reincidência desse aspecto ao enunciar que “a língua envolve a *negociação de sentidos* entre os *integrantes* [grifo meu] (*ibidem*)”. A abertura para a negociação do sentido atravessa um sujeito consciente daquilo que é dito. Além disso, esse sujeito negocia entre os que integram. E os que integram remetem a unidade: um integrante.

Essa característica da falsa homogeneidade do sujeito ainda é reiterada pelo documento ao afirmar que essa concepção é um recorte de outro documento do Estado – a

Base Curricular Comum (BBC/PE) – em que a língua é vista como “ação contextualizada e historicamente situada” (BCC, 2008, p. 67 apud PERNAMBUCO, 2012, p.19 ).

Dessa forma, não podemos deixar de pontuar que no documento a língua está sendo entendida e difundida como sendo uma ação. Se formos analisar etimologicamente o termo, é possível depreender que este faz parte do campo da prática, no entanto temos uma ação individualizada, ação de um sujeito e não uma ação entre sujeitos, no caso uma interação.

Além disso, cabe retomar a acepção de Bakhtin (1999) acerca da polifonia, sendo a língua concebida pelo documento, situada e passível de uma contextualização para produzir sentido. Dessa forma, não há como considerar a língua apenas como sendo conduzida por uma evolução histórica, pois ela é atravessada por inúmeros aspectos que influenciam em sua constituição, dentre eles temos os pré-construídos e a ideologia.

Portanto, há que se lembrar que a língua é construída por sujeitos que enunciam a partir de um lugar social e ocupando forma-sujeito específicas dentro de cada ação de linguagem.

Diante disso, é interessante observar que o documento não demonstram uma fragilidade quanto a essa unicidade que atravessa seu discurso. Ele continua reiterando. Pois, os próximos enunciados trazem o aspecto sistemático da língua indissociável do seu estudo, ou seja, fazem parte do plano proposto e defendido pelo documento.

No entanto, a forma como o sistema é colocado pelos enunciados nos transporta para uma significação do processo comunicativo uniforme, mas contraditório. Os sentidos, aqui, parecem ser codificados e decodificados, por emissores e receptores que reconhecem um código fora de sua condição de produção; sem história, sem marcas ideológicas.

Ao mesmo tempo em que a língua é novamente uma ação - marca do indivíduo que age, agora, em potencial -, é interação, marcando a descentralização do sujeito, que ainda não havia sido enunciada: “língua, *potencialmente*, como ação e interação, não se está ignorando o seu caráter sistemático, indissociável de qualquer proposta de estudo da língua” [grifo meu] (*idem*, p.20).

Destarte, a língua carrega em seu aspecto sistemático a noção de sentido e valor presos ao sistema linguístico – perspectiva saussuriana – descartando a interferência dos aspectos sociais e ideológicos, marcados pelo tempo e espaço, quando enuncia que “neste documento, defende-se que o conhecimento das regularidades sistêmicas da língua seja alvo de análise e reflexão” (*idem*, p.20).

## Conclusão

Os documentos regulamentadores, promulgados pelo governo, têm como objetivo, de maneira geral, homogeneizar as práticas, de forma que o trabalho seja exercido em unidade com os princípios que regem as instituições.

Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio, do Estado de Pernambuco, não foram elaborados com um objetivo diferente. Em virtude da ausência de uma normatização para a educação do Estado, que desse conta de aporte teórico para a reflexão acerca das habilidades e competências correspondentes aos ciclos da educação básica, elaborou-se o documento que anseia pela unificação do discurso. Documento este que mantém relações interdiscursivas com o de referência nacional, que será o objetivo da continuidade dessa pesquisa.

No que diz respeito à Língua Portuguesa, podemos afirmar que essa unicidade escapou aos limites do que defende as teorias do discurso. Entendendo que neste trabalho se buscou analisar o conceito de língua, indentificando suas relações interdiscursivas, foi possível perceber como o discurso acerca do conceito em questão, no documento do Estado de

Pernambuco, está atrelado a uma visão ainda empirista do sujeito. Em que este centraliza e domina o seu dizer, de forma consciente, sendo o principal ator das relações que, de acordo com o que está impresso no texto do documento, deveriam ser interacionais.

Ainda, o ensino de língua, presente nas entrelinhas do PCLP/PE, é atravessado pelo sistema linguístico, e não pautado no discurso. Dessa forma, podemos perceber que há uma tentativa de levar à reflexão do ensino de língua para o plano do discurso, mas que ainda dispõe de muitas fragilidades quanto a essa teoria. O que nos faz remeter a uma fase anterior a reforma educacional brasileira. Dessa forma, podemos entender que a busca pela mudança no plano teórico e prático parece ainda está no primeiro. Considerando que o este não caminha sem aquele e o contrário também é válido.

É importante reiterar que essa pesquisa ainda está em seu caráter inicial e possibilita caminhos para muitas outras conclusões, visto que aqui nos restringimos a analisar um documento, dos dois que propusemos, restrito a um conceito, o qual é marcado por outros tantos eventos que o caracterizam, seja o conceito de linguagem, variedade linguística, texto ou gênero.

Por fim, pensando nas condições de produção desse objeto de analisado nesse trabalho, é oportuno considerar que análises como esta nos levam a uma reflexão mais crítica acerca dos documentos que cerceam e prescrevem a educação, no sentido de repensar se as nossas práticas de fato estão comungando com o que está prescrito e/ou se o que está prescrito é a condição plena para a prática.

#### Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. (Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e Estética: A Teoria do Romance*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso* (5a. ed.). Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Analisando o discurso*. Publicado em 14 de maio de 2009, disponível em [www.museudalinguaportuguesa.org.br](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br), em 04 de agosto de 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (Língua Portuguesa)*. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998a.
- MACHADO, Anna Rachel; GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. *O interacionismo sociodiscursivo no Brasil*. In.: ABREU-TARDELLI, Lília Santos; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (org.). *Linguagem e Educação: O Ensino e a Aprendizagem de Gêneros Textuais*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p.17-42.
- PERNAMBUCO. *Orientações Teórico-Methodológicas: Ensino fundamental. Língua Portuguesa: 1º ao 9º ano*. Secretaria de Educação. Pernambuco, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Base Curricular Comum para as redes públicas de ensino de Pernambuco: Língua Portuguesa*. Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio: Língua Portuguesa*. Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco, 2012.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Anexo III. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia Boos de. *Charges: um leitura orientada pela Análise do Discurso de linha francesa*. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba, Pr. Anais. Disponível em:

< [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2082\\_1.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2082_1.pdf)>. Acesso em: 22 agosto. 2014.